

*20º Aniversário*EVOLUÇÃO DA ECONOMIA
BRASILEIRA — 1947/1967

Os últimos vinte anos trouxeram provavelmente maiores transformações e problemas para a economia brasileira do que qualquer período idêntico anterior de sua história. De 50 milhões de habitantes, a população ascendeu a 85 milhões, devendo alcançar a casa dos 107 milhões em 1975. A indústria, que no início do período produzia 1/5 da renda nacional, gera hoje 1/3, tendo-se invertido a relação indústrias tradicionais (tecidos, produtos alimentares etc.) / indústrias dinâmicas mais modernas (metalúrgica, mecânica etc.), de 60/40 para 40/60. A produção agrícola experimentou acentuada expansão (cêrca de 130%), embora seja ainda insuficiente para proporcionar dieta adequada a todos os segmentos da população. Essas transformações foram acompanhadas de perturbações sérias, algumas das quais se manifestaram por uma processo de majoração contínua dos preços. Êstes ao fim do período haviam atingido nível 115 vêzes superior ao de 1947.

POPULAÇÃO

Entre 1947 e 1967, a população brasileira aumentou de 48 438 000 para 85 655 000 habitantes, ou seja, de 77%. Êsse extraordinário incremento demográfico decorreu da combinação de uma queda na taxa bruta

de mortalidade de mais de 50% (21% para 10%), com a manutenção da taxa de natalidade em tórno de 41%. Disso resultou elevação da taxa média anual de crescimento populacional de 2,4% na década de 1940 para 3,1% na de 1950, visto que a imigração foi relativamente re-

duzida no período. Por outro lado, êsse aumento da população produziu, através da modificação de sua composição etária, um acréscimo do "ônus demográfico", pois, para cada 100 pessoas em idade economicamente ativa em 1960, existiam 80 crianças ou velhos, enquanto, nos Estados Unidos, por exemplo, a proporção era de apenas 39 para 100 em 1958.

A diferença na composição setorial da população economicamente ativa constitui a característica estrutural isolada mais importante que distingue países desenvolvidos dos menos desenvolvidos. Não obstante a especialização imperfeita da mão-de-obra rural, o nível de desenvolvimento econômico pode ser focalizado através da proporção de emprego na agricultura de um país, em comparação com a de outros países desenvolvidos. Mesmo em nações como a Austrália e a Nova Zelândia, de elevada renda *per capita* e exportadores de produtos de origem primária, a proporção de pessoas ocupadas na agricultura representa menos de 20% do emprego total. Essas diferenças estruturais observadas no tempo e na comparação entre países decorrem principalmente de modificações na composição da demanda final de bens e serviços associados a diferentes níveis de *renda*

per capita e à evolução da produtividade setorial da *mão-de-obra*.

O QUADRO I indica a distribuição da ocupação em atividades primárias, secundárias e terciárias, no Brasil, em 1940, 1950 e 1960. A segunda parte dessa tabela mostra o ritmo de aumento do emprego nos três setores. A taxa média de crescimento anual na agricultura aumentou de 0,7 para 1,7% dos anos 1940 para os de 1950. Observe-se que a taxa de acréscimo do emprego na indústria caiu entre os dois decênios. Isso se deveu às características dos gêneros de indústria que tiveram maior expansão nos anos 1950, com tecnologias de uso intensivo de capital e absorção relativamente reduzida de mão-de-obra. Além das características tecnológicas inerentes à indústria automobilística, mecânica, química etc., a legislação trabalhista e os encargos sociais do empregador podem também ter contribuído para o fenômeno. A expansão do emprego nos serviços aumentou de forma acentuada no decênio 1950-60 em relação ao anterior, graças, sobretudo, ao considerável incremento da urbanização e à reduzida absorção de mão-de-obra pela indústria a que acabamos de aludir.

Além disso, embora já se haja verificado sensível declínio na

QUADRO I

(a) POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA

1940, 1950 E 1960

SETORES	1940		1950		1960	
	1 000 habi- tantes	%	1 000 habi- tantes	%	1 000 habi- tantes	%
Agricultura	12 074	71,0	12 968	64,4	15 344	58,5
Indústria	1 513	8,9	2 598	12,9	3 328	12,7
Serviços	3 418	20,1	4 571	22,7	7 551	28,8
TOTAL	17 005	100,0	20 137	100,0	26 223	100,0

(b) POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA: TAXAS DE CRESCIMENTO
MÉDIO GEOMÉTRICO ANUAL (%)

SETORES	1940-50	1950-60	1940-60
Agricultura	0,7	1,7	1,2
Indústria	5,6	2,5	4,0
Serviços	2,9	5,2	4,0
TOTAL	1,7	2,7	2,2

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

proporção da ocupação rural, ela ainda era de 58% em 1960. A indústria havia participado então com 13% da mão-de-obra e os serviços os restantes 29%. Essas modificações na estrutura ocupacional da população refletiram-se na taxa de urbanização, que passou de 32% em 1940 para 49% em 1960. Daí resultaram alguns dos grandes problemas das principais áreas metropolitanas do país — habitação, abastecimento de água e sub-emprêgo, especialmente no setor terciário.

A expressiva elevação da proporção dos indivíduos que sabem ler e escrever (população de 15 anos e mais), de 44 para 61%, entre 1940 e 1960, indica certa melhoria na qualidade da mão-de-obra que ingressa no mercado de trabalho, conquanto essa taxa seja ainda bastante reduzida.

A ATIVIDADE ECONÔMICA

A produção de bens e serviços teve aumento considerável nos últimos vinte anos. Em 1966, o produto interno bruto — medida do valor da produção de bens e serviços finais — alcançara a cifra de 44 369,1 milhões de cruzeiros novos. Entre 1947 e 1966, o aumento real da produção foi de 173,2%. Se descontarmos dêste acréscimo o da população (71,7%), o incremento do pro-

duto médio por habitante foi, no período, de 59,1%.

Ao longo dêsses vinte anos, o ritmo de crescimento da economia não foi, contudo, uniforme. Para o período como um todo, a taxa média anual foi de 5,4%, com expansão mais rápida entre 1956 e 1960 (6,9% a.a.) e mais lenta entre 1964 e 1966 (4,1% a.a.). Entre 1953/54 e 1963/64, as taxas de crescimento médio anual da economia de alguns países industrializados foram as seguintes: Inglaterra, 2,7%; França, 4,9%; Itália, 5,6%; República Federal da Alemanha, 6%; e Japão 9,6%. Na comparação dêsses dados com os do Brasil, é preciso levar em conta que aqui a taxa de crescimento demográfico é bem maior do que nos países que acabamos de focalizar.

Os QUADROS II e III são complementares, indicando a aceleração da expansão da produção industrial e a conseqüente modificação da estrutura setorial da economia.

A aspiração coletiva por padrão de vida mais alto, a pressão demográfica e as condições adversas para os produtos primários no mercado mundial, acen-tuaram o processo de industrialização do País no período do após-guerra. Por outro lado, essa

II — TAXAS DE CRESCIMENTO (%) DA PRODUÇÃO

EM TERMOS REAIS, SEGUNDO SETORES

PERÍODOS	PRODUTO REAL TOTAL	AGRICUL- TURA	INDÚSTRIA		SERVIÇOS
			Total	Transfor- mação	
1947/52	6,2	4,5	8,9	8,7	5,9
1952/56	4,9	3,2	8,7	9,2	3,8
1956/60	6,9	5,4	11,1	11,3	5,1
1960/64	4,3	3,8	6,0	6,1	3,4
1964/66	4,1	5,6	3,2	3,3	4,0
1947/60	6,0	4,4	9,5	9,7	5,0
1947/66	5,4	4,4	8,1	8,2	4,6

FONTE: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

III— COMPOSIÇÃO SETORIAL (%) DO PRODUTO INTERNO LÍQUIDO

(A CUSTO DE FATÓRES)*

ANO	AGRICUL- TURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
1947	28,5	20,5	50,8	100,0
1948	28,2	21,0	50,8	100,0
1959	24,0	30,5	45,5	100,0
1960	23,6	31,4	45,0	100,0
1965	25,3	30,7	44,0	100,0
1966	23,8	32,8	43,4	100,0

FONTE: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

(*) Calculado com base no produto a preços constantes.

aspiração foi grandemente influenciada pela tomada de consciência da defasagem crescente em relação aos países ricos em termos de desenvolvimento material.

A disparidade dos ritmos de expansão das transações mundiais de produtos primários e de produtos industriais reflete as diferenças das elasticidades-renda desses produtos, pois a expansão da renda real dos países desenvolvidos estimula mais que proporcionalmente a demanda de produtos industriais e menos a de produtos agrícolas. Isso torna cada vez mais difícil a aquisição de matérias-primas essenciais e de equipamentos indispensáveis para o aumento da capacidade produtiva do País, por via exclusiva da exportação de produtos primários.

É preciso considerar também que a combinação de variedade de recursos naturais e mercado interno potencial de certa importância predestinavam mais ou menos o país à industrialização.

Alguns dos principais instrumentos do processo de industrialização foram, ademais, na década dos 1950, a lei do similar nacional, a proteção tarifária da produção nacional e o financiamento prioritário a longo prazo

de empreendimentos considerados básicos, através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Esses instrumentos tiveram significativo papel na atração de investimentos diretos do exterior, particularmente na segunda metade dos anos 1950. O aumento, em termos reais de quase quatro vezes e meia da produção industrial foi acompanhado do declínio relativo de setores tradicionais (tecidos, produtos alimentares etc.), que cederam lugar à indústria química e aos produtos de metal: mecânica, material de transporte etc. (QUADRO IV).

COMÉRCIO EXTERIOR

A proporção dos bens e serviços utilizados na economia brasileira provenientes do exterior é relativamente baixa: 7,7% em média no período 1957/60. Em anos mais recentes essa proporção chegou a 4,5% nos anos 1965/66. O coeficiente de importação baixo está em grande parte associado à diversidade de recursos com que conta o país. Já o declínio desse coeficiente, que acabamos de mencionar, deve originar-se do efeito combinado do processo de substituição de importações e da diminuição do ritmo de atividades na economia brasileira nos anos 1960, que explica a queda na importação de equipamento e de maté-

IV — INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
(% SÔBRE O TOTAL)

1949 e média 1962-64

GÊNEROS	1949	MÉDIA 1962-64
Minerais não metálicos	7,3	5,1
Metalúrgica	9,4	11,7
Produtos de metal (mecânica, material de transporte e material elétrico)	6,0	19,9
Madeira e mobiliário	6,3	4,0
Papel e papelão	2,2	2,7
Borracha	1,9	2,0
Couros e peles e produtos similares	1,3	0,8
Química	9,4	16,2
Têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos	24,0	15,2
Produtos alimentares, bebidas e fumo	26,3	18,6
Diversos (inclusive editorial e gráfica)	5,9	3,8
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: Dados básicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

rias-primas observada nesses anos.

Os últimos vinte anos caracterizaram-se por saldos negativos crônicos no balanço de pagamentos, causados por expansão do poder de compra no exterior pelas nossas exportações insuficientes face ao aumento das importações de mercadorias e serviços (QUADRO V). Embora em anos mais recentes hajam ocorridos saldos positivos no balanço de pagamentos, estes resultaram do aumento das exportações e do declínio das importações a que nos referimos antes.

É pouco provável que, com taxa mais elevada de crescimento da economia, possam tais saldos positivos subsistir. Isso depende essencialmente de maior diversificação da pauta de nossas exportações, pois a dependência relativa do exterior em termos de importações não poderá sofrer redução acentuada, uma vez que em grande número de setores já se atingiu praticamente o limite da substituição de importações.

SETOR PÚBLICO

De um lado, a pressão da população em processo de crescimento rápido e a necessidade da formação de capital de infra-estrutura vinculada à aceleração

do crescimento econômico, e, de outro, o ônus crescente de uma burocracia governamental pouco eficiente, contribuíram para elevar a proporção dos gastos do setor público sobre o produto interno bruto, de 14% no início do período em foco, para mais de 20% em anos recentes.

Como o aumento da carga tributária necessária para financiar o dispêndio governamental não acompanhou o crescimento deste, o deficit do setor público da economia subiu de modo contínuo durante as duas décadas, constituindo-se em fator decisivo na aceleração do processo de elevação dos custos e preços internos. De 15% ao fim dos anos 1940, a carga tributária bruta chegou a representar quase 30% do PIB em 1966. A carga tributária líquida, isto é, descontadas as devoluções feitas ao setor privado sob a forma de transferências e subsídios, duplicou em vinte anos, de 11,1% para 20,5%.

Para o setor público em conjunto, isto é, para todos os níveis de governo, nos anos 1947/49 o dispêndio praticamente correspondeu à receita. Na segunda metade da década de 1950, entretanto, o excedente da despesa chegou a quase 20% e na de 1960 alcançou em alguns anos 35%.

V — CRESCIMENTO DA ECONOMIA E BALANÇO DE PAGAMENTOS

(Milhões de NCr\$ de 1953)

PERÍODO	PRODUTO INTERNO BRUTO (a)	CAPACI- DADE DE IMPOR- TAR* (b)	IMPOR- TAÇÃO DE MERCA- DORIAS E SERVIÇOS (c)	SALDO DO BALANÇO DE PAGA- MENTOS (d) = (b) - (c)	ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR		
					PIB	Capacidade de importar	Importação de merca- dorias e serviços
1947/1952	365,9	24,4	28,0	-3,6	—	—	—
1953/1955	473,7	38,0	39,0	-1,0	1,30	1,48	1,40
1957/1960	597,9	41,3	50,1	-8,3	1,26	1,10	1,28
1961/1964	747,0	39,0	41,6	-2,6	1,25	0,93	0,83
1965/1966	828,0	43,6	39,3	+4,3	1,11	1,12	0,94

FONTE: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

(*) Valor das exportações a preços constantes ajustado pela relação de trocas.

PERSPECTIVA PARA O FUTURO

As três áreas de importância estratégica para o crescimento futuro da economia brasileira podem ser identificadas como sendo, em primeiro lugar, o problema da reconciliação dos objetivos de alcançar elevada taxa de crescimento econômico e o de criar novos empregos de modo a absorver a oferta crescente de mão-de-obra. Será de grande importância conceber, nesse contexto, uma política para a agricultura que crie condições de ex-

pansão da produção sem liberação substancial da mão-de-obra e com ampliação do mercado interno. Em segundo lugar, a necessidade de uma política adequada de expansão das exportações, possivelmente dando ênfase a artigos com demanda potencial mais favorável, como carne, entre os produtos primários, e produtos industriais em geral. Finalmente, o planejamento dos gastos públicos, com maior racionalidade, atendendo em especial a aumentos da eficiência da burocracia governamental.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DEPÓSITO COM CORREÇÃO MONETÁRIA

CONDIÇÕES DO DEPÓSITO

- I - Correção monetária no 1.º dia de cada trimestre civil, após o transcurso do período de carência, na mesma proporção de variação do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro (O.R.T.).
- II - Juros de 3% (três por cento) ao ano calculados sobre o valor dos depósitos acrescido da correção monetária e capitalizados semestralmente.
- III - Para usufruir dos benefícios da correção monetária e dos juros, os depósitos deverão ser mantidos por prazo não inferior a 180 (cento e oitenta) dias.
- IV - A retirada antecipada implicará na perda dos juros e correção monetária.
- V - O prazo de permanência dos depósitos será contado a partir do 1.º dia do mês subsequente ao da sua realização.
- VI - A correção monetária e os juros estarão à disposição do depositante, a partir do 5.º (quinto) dia útil, após o vencimento do depósito.
- VII - Após o seu vencimento, o depósito será renovado trimestralmente, se não houver manifestação contrária do depositante, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir do vencimento.
- VIII - Decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias do depósito inicial o depositante poderá solicitar financiamento para compra de casa própria, obedecidas as normas da Carteira de Habitação.

Dinheiro na CAIXA é mais dinheiro PARA VOCÊ